

# ABORDAGEM INTEGRADA EM SAÚDE

EDITORA  
OMNIS SCIENTIA



1ª EDIÇÃO

YASMIN CLARA FERNANDES RIBEIRO  
(ORGANIZADORA)



# ABORDAGEM INTEGRADA EM SAÚDE

EDITORA  
OMNIS SCIENTIA

1ª EDIÇÃO

YASMIN CLARA FERNANDES RIBEIRO  
(ORGANIZADORA)



Editora Omnis Scientia

ABORDAGEM INTEGRADA EM SAÚDE

Volume 1

1ª Edição

Triunfo – PE

2020

## **Editor-Chefe**

Me. Daniel Luís Viana Cruz

## **Organizador (a)**

Yasmin Clara Fernandes Ribeiro

## **Conselho Editorial**

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Dr. Wendel José Teles Pontes

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Dr. Cássio Brancaleone

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior

## **Editores de Área – Ciências da Saúde**

Dra. Camyla Rocha de Carvalho Guedine

Dr. Leandro dos Santos

Dr. Hugo Barbosa do Nascimento

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

## **Assistentes Editoriais**

Thialla Larangeira Amorim

Andrea Telino Gomes

## **Imagem de Capa**

Freepik

## **Edição de Arte**

Leandro José Dionísio

## **Revisão**

Os autores



**Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.**

**O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.**

DOI: 10.47094/978-65-991674-3-0

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Abordagem integrada em saúde [livro eletrônico] /  
organização Yasmin Clara Fernandes Ribeiro. --  
1. ed. -- Triunfo, PE : Omnis Scientia, 2020.  
PDF

ISBN 978-65-991674-3-0

1. Direito médico 2. Gastroenterologia 3. Medicina  
legal 4. Saúde pública I. Ribeiro, Yasmin Clara  
Fernandes.

20-45585

CDD-616.33

NLM-WI-100

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Gastroenterologia : Medicina 616.33

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

**Editora Omnis Scientia**

Triunfo – Pernambuco – Brasil

Telefone: +55 (87) 99656-3565

[editoraomnisscientia.com.br](http://editoraomnisscientia.com.br)

[contato@editoraomnisscientia.com.br](mailto:contato@editoraomnisscientia.com.br)

## PREFÁCIO

As ciências da saúde em sua amplitude visam estudar a vida e o processo saúde/doecimento, para que isso ocorra de uma forma mais fidedigna é importante que os pesquisadores entendam de forma integral o paciente, o momento, as perspectivas gerais sobre determinado tema, além de todas as condições psicosocioeconômicas envolvidas. Na obra intitulada: “ABORDAGEM INTEGRADA EM SAÚDE” se visa através de capítulos com temáticas diversas, abordar temas essenciais para a formação e atuação de profissionais da área da saúde. Os capítulos abordarão de forma integrada saúde mental, genética, gastroenterologia, direito médico e medicina legal. Desse modo esperamos contribuir positivamente através de disseminação de conhecimento, tendo como público alvo tanto a sociedade leiga com a científica. Ademais, vale ressaltar a parceria entre a Liga Acadêmica de Gastroenterologia e Hepatologia do Piauí, Liga Acadêmica de Direito Médico e Medicina Legal do Piauí e Liga Acadêmica de Gastroenterologia e Hepatologia da Unochapecó na produção dos estudos que compõe essa obra.

# SUMÁRIO

## **CAPÍTULO 1.....11**

### **IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM EM SAÚDE MENTAL PARA PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA BARIÁTRICA**

Yasmin Clara Fernandes Ribeiro

Julyanna de Araújo Castro

Maria Clara Nolasco Alves Barbosa

Carlos Afonso Rocha da Silva Júnior

Taicy Ribeiro Fideles Rocha

Vitória Fonseca Viana

Edvan Basílio de Sales Júnior

Karen Aragão Muniz Rodrigues

Tadeu dos Santos Medeiros Filho

**DOI: 10.47094/978-65-991674-3-0.11-16**

## **CAPÍTULO 2 .....17**

### **FATORES INTRÍNSECOS AO DESENVOLVIMENTO DE GASTRITE EM ESTUDANTES DE MEDICINA**

Yasmin Clara Fernandes Ribeiro

Julyanna de Araújo Castro

Maria Clara Nolasco Alves Barbosa

Carlos Afonso Rocha da Silva Júnior

Taicy Ribeiro Fideles Rocha

Vitória Fonseca Viana

Bruna Maliska Haack

Laura Tolotti

Eduarda Zancanaro Petrolí

Laura Michels

Annelise Piola Casarin

Ellen Karolyne da Rocha

**DOI: 10.47094/978-65-991674-3-0.17-22**

**CAPÍTULO 3.....23**

**ASPECTOS GENÉTICOS RELACIONADOS AO DISTÚRBO ESQUIZOFRÊNICO**

Yasmin Clara Fernandes Ribeiro

Julyanna de Araújo Castro

Carlos Afonso Rocha da Silva Júnior

Karen Aragão Muniz Rodrigues

Gabriela Coutinho Amorim Carneiro

Daniel Lopes Araújo

**DOI: 10.47094/978-65-991674-3-0.23-27**

**CAPÍTULO 4.....28**

**RELAÇÃO AUTISMO E EXPRESSÃO GÊNICA**

Yasmin Clara Fernandes Ribeiro

Edvan Basílio de Sales Júnior

Maria Eduarda Campos Bezerra

Hariel Bringel Fuentes

Davi de Aguiar Portela

Francisco das Chagas Sousa Silva Junior

**DOI: 10.47094/978-65-991674-3-0.28-32**

**CAPÍTULO 5.....33**

**O LIMITE DA INTERVENÇÃO CLÍNICA NO ABORTO LEGAL À LUZ DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**

Andressa de Sousa Lima Vasconcelos

Ana Almira de Araujo Mendes

Vânia da Silva Oliveira

Yasmin Clara Fernandes Ribeiro

Yann Brito de Menezes Nery

Gabriel Mouzinho Magalhães

Davi de Aguiar Portela

Luiz Fernando da Silva Meneses

**DOI: 10.47094/978-65-991674-3-0.33-38**

**CAPÍTULO 6.....39**

**CONTEXTO LEGAL ACERCA DA MORTE E DO MORRER**

Davi de Aguiar Portela

Yasmin Clara Fernandes Ribeiro

Yann Brito de Menezes Nery

Andressa de Sousa Lima Vasconcelos

Ana Almira de Araujo Mendes

Vânia da Silva Oliveira

Iara Rosa Damasceno Galvão

Gabriel Mouzinho Magalhães

Francisco das Chagas Sousa Silva Junior

Larruama Soares Figueiredo de Araújo

**DOI: 10.47094/978-65-991674-3-0.39-46**

**A IMPUTABILIDADE DO PSICOPATA SOB A ÓPTICA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO**

Iara Rosa Damasceno Galvão

José Wilson de Carvalho Filho

Gabriel Mouzinho Magalhães

Karen Aragão Muniz Rodrigues

Davi de Aguiar Portela

Yasmin Clara Fernandes Ribeiro

Yann Brito de Menezes Nery

Andressa de Sousa Lima Vasconcelos

Ana Almira de Araujo Mendes

Vânia da Silva Oliveira

Gabriela Coutinho Amorim Carneiro

**DOI: 10.47094/978-65-991674-3-0.47-55**

### O LIMITE DA INTERVENÇÃO CLÍNICA NO ABORTO LEGAL À LUZ DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

#### **Andressa de Sousa Lima Vasconcelos**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí. Parnaíba - Piauí

<http://lattes.cnpq.br/1891208845259480>

#### **Ana Almira de Araujo Mendes**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí. Parnaíba - Piauí

<http://lattes.cnpq.br/1255510365734939>

#### **Vânia da Silva Oliveira**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí. Parnaíba - Piauí

<http://lattes.cnpq.br/7737141130499503>

#### **Yasmin Clara Fernandes Ribeiro**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí. Parnaíba – Piauí

<http://lattes.cnpq.br/9608753101800459>

#### **Iara Rosa Damasceno Galvão**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí. Parnaíba – Piauí

<http://lattes.cnpq.br/3394698069348552>

#### **Yann Brito de Menezes Nery**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí. Parnaíba – Piauí

<http://lattes.cnpq.br/0080817273055394>

#### **Gabriel Mouzinho Magalhães**

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí. Parnaíba – Piauí

<http://lattes.cnpq.br/1414235654396544>

#### **Davi de Aguiar Portela**

### Luiz Fernando da Silva Meneses

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí. Parnaíba – Piauí

**RESUMO:** A atuação médica é regida por normas bioéticas que permitem o profissional de abster-se a realizar um aborto legal em decorrência da sua moral social. O objetivo deste trabalho é investigar e analisar a objeção de consciência do médico na recusa da participação ou execução nos procedimentos referentes à interrupção de uma gravidez, permitida esta, nos casos previstos pelo Código Penal Brasileiro, quando decorrentes de estupro, que impõe risco de morte a mãe e em hipótese de anencefalia. A metodologia empregada durante a pesquisa foi à revisão integrativa de literatura que contou com o método de análise de casos, artigos e teses, com o intuito de fundamentar a temática em pauta. Em suma, observou-se nos resultados que no âmbito das relações jurídicas, as ressalvas manifestadas pelos profissionais da medicina seriam que eles agem com a prerrogativa de objeção de consciência para proteger a moral individual, visto que todos os profissionais deveriam ter o poder de escolha no momento em que seu trabalho fere seus princípios sociais. Desta forma, um direito garantido por lei para as mulheres que necessitam fazer um aborto colide com a burocracia de um sistema repleto de profissionais com receios morais que interferem em casos que deveriam ser tratados de forma técnica, tendo em vista o sofrimento já vivenciado pela paciente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aborto. Objeção de consciência. Moral. Atividade Médica.

### THE LIMIT OF CLINICAL INTERVENTION IN LEGAL ABORTION IN THE LIGHT OF THE BRAZILIAN PENAL CODE

**ABSTRACT:** Medical practice is governed by bioethical norms that allow professionals to abstain from having a legal abortion due to their social morals. The aim of this study is to investigate and analyze the physician's conscientious objection to refusing participation or execution in procedures related to terminating a pregnancy, which is permitted in the cases provided for by the Brazilian Penal Code, when resulting from rape, which imposes a risk of death the mother and in case of anencephaly. The methodology used during the research was an integrative literature review that included the method of analyzing cases, articles and theses, in order to substantiate the theme at hand. In summary, it was observed in the results that in the scope of legal relations, the reservations expressed by medical professionals would be that they act with the conscience objection prerogative to protect individual morals, since all professionals should have the power to choose the moment your work violates your social principles. In this way, a right guaranteed by law for women who need to have an abortion

clashes with the bureaucracy of a system full of professionals with moral fears that interfere in cases that should be treated in a technical way, in view of the suffering already experienced by the patient.

**KEYWORDS:** Abortion. Objection of conscience. Moral. Medical Activity.

## 1. INTRODUÇÃO

Das diversas formas de conhecimento, o científico é aquele em que, embora falível, a constatação da prova é elemento indispensável. Neste sentido, a ciência agrega a si os saberes que compõem o contexto de sua feitura, considerando aspectos objetivos e subjetivos para a sua construção. Ponderar o aspecto subjetivo do ato humano é, por assim dizer, ratificar os saberes que foram construídos a partir de bases culturais, religiosas e históricas que permeiam o costume.

A atuação médica exige diversos deveres, entre eles: morais, científicos, éticos e sociais, todos ligados pelas convicções referentes à responsabilidade médica, conceituada como encargo, com responsabilidades de conduta ou prática no exercício de sua profissão, admitida e concretizada pelo profissional.

O objeto da presente abordagem, a partir dos casos verificados, dispõe a conduta médica de objeção à prática do aborto, ainda que nas hipóteses de permissão legal. Por conseguinte, busca-se compreender o contexto ético que absorve a decisão manifestada pelo profissional médico. Já que a conduta médica alude muito bem à representação do dever profissional deste para com a vida e sua garantia.

O conflito entre o direito objetivo e subjetivo, nesta arena, entre a vítima de estupro, ou a mãe que corre risco de morte, ou ainda o feto anencéfalo e a prerrogativa dos médicos em se opor à realização da interrupção do processo concepcivo, palmilha caminhos mais profundos que a mera compreensão do direito de escolher ou preferir. O Código de Ética Médica é cristalino ao falar que o profissional tem autonomia, uma vez que o mesmo não é obrigado a realizar procedimentos que vão contra os ditames morais, salvo em casos de emergência ou urgência. Tal assertiva outorga ao profissional a prerrogativa da negativa. Ao mesmo tempo, os coloca em rota de colisão com a necessidade de se garantir a eficácia da lei.

A presente pesquisa se dar por fim com os assuntos que induzem sobre a objeção médica e o aborto legal, trazendo consigo uma visão dos conflitos existentes entre os receios dos profissionais da medicina e o excesso da burocratização de um sistema em colapso.

## 2. METODOLOGIA

A presente pesquisa é definida como revisão integrativa da literatura, um método que abrange o levantamento bibliográfico e a análise de casos com a finalidade de integrar e sintetizar resultados

de pesquisas com o propósito de fundamentar o tema em questão.

No processo de busca foi utilizado como descritores: objeção de consciência, aborto, moral e atividade médica (usados como palavras-chave), na base de dados: SciELO, PUBMED e BIREME. Como parâmetro de inserção, foram analisados estudos publicados entre os anos 1988 a 2018, nos idiomas de português, inglês e espanhol.

Procurou-se definir com os resultados das buscas a análise da consciência, notadamente fatores subjetivamente morais de médicos que, considerando seus princípios, ousaram não cumprir com a permissividade legal para a hipótese em discussão, no que tange a interrupção da concepção.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No universo de 25 pesquisas que se adequaram aos quesitos abordados no presente capítulo, apenas 11 delas foram úteis à produção final, cujos resultados evidenciaram, com amparo na legislação classista, notadamente o Conselho Federal de Medicina, que se trata de uma concepção profissional e outorga ao médico a faculdade de abster-se de práticas que ofendam diametralmente valores, crenças e convicções íntimas e subjetivas. A única exceção vigente ao caso, dentro de um contexto clínico, se dá na ocorrência de comprovado risco de morte da paciente, onde o profissional médico deverá primar pela salvaguarda e manutenção desta, em detrimento de aspectos pessoais e princípios lógicos.

No âmbito das relações jurídicas, verifica-se que as ressalvas manifestadas pelo médico compõem um contexto de autoproteção e reserva diante da ameaça de indução ao erro, sobretudo em virtude da tentativa de burla às exigências legais para a realização não delitiva do aborto. De forma pontual, há que se considerar o zelo profissional no intuito de sempre preservar a vida, estando ela em qualquer de suas fases, prioritariamente ao nascituro.

Muito embora se vislumbre no cenário factível da colisão de direitos e garantias fundamentais, isto é, a garantia da vida versus a garantia da liberdade, constata-se preponderância da garantia da vida, eis que tal comportamento é hidratado pelo “juramento de Hipocrates”, do qual o facultativo jamais poderá se furtar. Via de consequência não se pode ignorar a essência metafísica, compreendida por toda a conjuntura cultural, religiosa e morais individuais, que particularizam o profissional da medicina. Esta, sem sombra de dúvidas exerce notável influência nas ações e decisões íntimas e/ou exteriorizadas do médico que se depara com o desafio ora estudado.

A limitação imposta pela regulamentação médica baseia-se no contexto do que preleciona o capítulo 2º, inciso IX, de seu Código de Ética, tornando-se assim norma fundamentadora ao exercício clínico. De toda sorte, o médico que se recusa a prática de interrupção da concepção o faz aparado ainda pela própria norma profissional, assegurando ao mesmo a liberdade de optar pelo desatendimento da suposta vítima de estupro, ou gestante em suposto risco de morte, ou ainda, anencefalia não evidenciada. Neste aspecto particular, maior cautela é empregada em casos que envolvam

atos dolosos contra a dignidade sexual.

#### 4. CONCLUSÃO

Em face da abordagem construída pela concepção abstraída dos textos que arrimaram o presente trabalho, compreende-se existir um intrincado sistema burocrático relacionado às práticas hospitalares que, aliado à prerrogativa do médico em renunciar a intervenção clínica, em virtude dos fatores ora percorridos, em particular valores morais e de consciência, inviabilizando na prática o exercício regular do presente direito, anulando a eficácia da medida legal. Embora haja formalmente a existência da garantia legal da prática do aborto clínico na forma do Código Penal Brasileiro, preconizado pela construção sociológica que abastece o texto normativo da legislação repressora, fatores paralelos como os supramencionados transformam a norma em materialmente ineficaz, cedendo por terra seu exercício pleno por quem dela vier a necessitar.

#### 5. REFERÊNCIAS

ALEGRETTI, Carlos. **Revisão Crítica do Conceito do Crime de Aborto: a busca de um consenso possível.** *Órgão Nacional de Doutrina, Legislativa e Crítica Judiciária*. São Paulo, v. 3, n. 334, p. 91-116, agosto, 2005.

BETTO, Frei. **Aborto: uma legislação em defesa da vida.** *In: Caminho Pra Casa*. 06 ago. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/581656-aborto-uma-legislacao-em-defesa-da-vida>. Acesso em: 3 de setembro de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/comstituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/comstituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 de setembro de 2020.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm). Acesso em: 2 de setembro de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica: Resolução CFM nº 2.217**, de 27 de setembro de 2018.

CORREIA, António Damasceno. **O direito à objeção de consciência**. Lisboa: Veja, 1993.

DELGADO, Mário Luiz. **O aborto e a tutela constitucional do direito à vida**. Migalhas. Agosto, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI286114,101048-O+aborto+e+a+tutela+constitucional+do+direito+a+vida>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

DEL PRIORE, M. (1994). **A árvore e o fruto: um breve ensaio sobre o aborto na história.** *Revista*

*Bioética, Cons. Fed. Medicina Brasília, 2(1)*. Recuperado em 7 julho, de 2009. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/bioetica/index.php?seleciona Revista=3&opcao=revista>. Acesso em: 05 de setembro de 2020.

DINIZ, D. MEDEIROS, M. MADEIRO, A. **Pesquisa Nacional do aborto**. *Ciência e Saúde coletiva*, 22(2): 653-660, 2017.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do Biodireito**. 9ed. Rev. *Avem.e.atual*. de acordo com o Código de Ética Médica. São Paulo: Saraiva, 2014.

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

aborto legal 34, 35  
abusivo de substâncias 19  
ácido clorídrico 20  
acompanhamento nutricional 13  
alimentação inadequada 21  
alívio da dor 41  
alterações na capacidade intelectual 25  
alucinações 25  
análise psicológica 51  
anomalias cromossômicas 31  
anormalidade genética 30  
ansiedade 18, 19, 21  
apatia 49  
assistência multiprofissional 12, 14  
atitudes éticas 43  
autismo 28, 29, 30, 31, 32  
autistas clássicos 29  
autistas com sociabilidade comprometida 29  
autonomia dos indivíduos 44  
avaliação da psicopatia 49

## B

baixo rendimento escolar 25  
bem estar 42  
bioética 41  
biologia molecular 26

## C

características psicopáticas 48, 51  
cirurgia bariátrica 13, 14, 15, 16  
colisão de direitos 36  
complexidade genética 30, 31  
complicações na gravidez 24, 25  
componente genético 29, 31  
comportamento autístico 31  
comportamentos antissociais 49  
conduta antissocial 48

conduta médica 35  
confusão mental 21  
cuidados paliativos 42  
culpabilidade diminuída 51, 52

## D

deficiência intelectual 48  
deixar de existir 41  
delírios 25  
demências endógenas 25  
depressão 21  
desconfortos gástricos 21  
desorientação 21  
desvalorização do convívio social 49  
detecção precoce 26  
diagnóstico da doença 30  
diagnóstico precoce 26  
diagnósticos 26, 42  
dieta adequada 19  
dificuldade de linguagem e socialização 31  
direito a uma morte digna 42  
direito à vida 37, 42, 43  
direitos humanos 41  
disfunções gastrointestinais 21  
distanásia 40, 41, 42, 44, 45  
distorções funcionais 25  
distúrbio de personalidade 49  
distúrbios de sono 30  
distúrbios psiquiátricos 25  
diversidade social 43, 44  
doença mental 48, 50  
doença neuropsiquiátrica 30  
doenças cognitivas e afetivas 29  
doenças crônicas 13, 15  
doenças psicossomáticas 21

## E

edema 21  
egocentrismo 49  
enfermidade 13, 41, 51  
epilepsia 30

esquizofrenia 23, 25, 26, 27  
estado mental do paciente 26  
estado vegetativo 42, 43  
estresse ao organismo 21  
estudo da psiquiatria 49  
Ética Médica 35, 37, 38, 45  
etiologia do autismo 30, 31  
eutanásia 40, 42, 43, 44, 45, 46  
exercício da empatia 22  
exercícios físicos 13  
expressão genética 25, 29, 30

## F

faces da personalidade 49  
falta de empatia 48, 49, 54  
falta de valores sociais 49  
fatores ambientais 19, 24, 25  
fatores genéticos 24, 25, 26  
fim da personalidade individual 41  
final da vida 41, 43  
fobias 21

## G

garantia da liberdade 36  
garantia da vida 36, 43  
garantias fundamentais 36  
gastrite 18, 19, 20, 21, 22  
gastrite crônica 20  
glândulas oxínticas 20  
glândulas pilóricas 19, 20  
gordura corporal 12, 13

## H

*Helicobacter pylori* 18, 19, 22  
hibridização 26  
hiperatividade 30  
homeostase 40, 41  
humanização da medicina 41

## I

impulsividade 49

imputabilidade 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54

Índice de Massa Corporal (IMC) 13

indivíduos imputáveis 51

inflamação da mucosa do estômago 19

inimputabilidade 50, 51, 52

insanidade 48

insensibilidade 49

insônia 21

instintos libidinosos 49

instrumentos psicométricos 49

interrupção do processo conceutivo 35

## J

jejum prolongado 21

## L

leis de dignidade 44

lesões estomacais 21

limiar de dor 21

limitação imposta 36

## M

manifestações sociopáticas 49

medo 21

microarranjos de cDNA 26

morte 14, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 46

mucosa estomacal 20, 21

## N

neuroplasticidade 24, 26

neuroplasticidade no córtex 26

## O

obesidade 12, 13, 14, 15

obesidade mórbida 14

objeção médica 35

ortotanásia 40, 42, 43, 44, 45

## P

pacientes vulneráveis 44

pânico 21

patologia 18, 23, 26, 30, 31, 41, 53

patologias 12, 14, 29  
perda de contato com a realidade 25  
perfis de comportamento 50  
personalidade psicopática 48, 49, 54  
perturbação da saúde mental 50  
pH do estômago 21  
plena capacidade 52  
prática do aborto 35, 37  
predisposição genética 19, 26  
pré-natal 24, 25  
preservar a vida 36  
princípio bioético 43  
princípio da autonomia 43  
princípio da retributividade 51  
princípios hipocráticos 42  
privação nutricional 24, 25  
processos cerebrais 24, 26  
prolongar a vida 41  
proteomas 26  
psicopata 48, 49, 53, 54  
psicopatia 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55

## Q

quadro nosológico 49

## R

reação em cadeia da polimerase 26  
recuperação da cirurgia 13  
recuperação individual 41  
redução da nocividade 41  
relutância a obedecer aos padrões de comportamento 48, 54  
renúncia de tratamentos 41  
respeito às pessoas 41  
retardamento mental 51  
risco de mortalidade 13  
risco de morte da paciente 36  
rotina acelerada 22

## S

saúde-doença 41  
saúde mental 6, 12, 13, 14, 15, 22, 51

semi-imputabilidade 50, 52  
sinais e sintomas 26, 30  
síndrome 29, 30  
sintomas neuróticos 49  
sistema biológico 51  
sistema biopsicológico 51  
sistema digestório 20, 22  
sistema entérico 20  
sistema gástrico 21  
sistema nervoso 18, 20, 21, 31  
sistema nervoso central 20  
Sistema Nervoso Simpático e Parassimpático 20  
sistema orgânico 30  
sistema psicológico 51  
sistemas celulares 27  
submetimento compulsório a tratamentos 41  
suicídio assistido 43  
Suicídio assistido 43, 46  
susceptibilidade 24, 25, 26

## T

teorias psicanalíticas 49  
transcriptomas 26  
transtorno mental 23, 25  
transtornos 21, 28, 29  
tratamento da obesidade 13  
trato gastrointestinal 20

## U

ulcerações 21

## V

valores morais 37  
vasodilatação 21  
viroses 24, 25  
visão holística 41

editoraomnisscientia@gmail.com



<https://editoraomnisscientia.com.br/>



@editora\_omnis\_scientia



<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9>



editoraomnisscientia@gmail.com



<https://editoraomnisscientia.com.br/>



@editora\_omnis\_scientia



<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9>

